



ASNC
Nº 70022574420
2007/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70022574420

COMARCA DE PORTO ALEGRE

EXMO SR PROCURADOR-GERAL
DE JUSTICA DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL

PROPONENTE

CAMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES DE MARAU

REQUERIDO

MUNICIPIO DE MARAU

REQUERIDO

EXMO SR PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

1. Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL** em relação à Lei Municipal nº 4.193/2007, editada pelo Município de Marau/RS.

Na inicial (fls. 02-04) sustenta-se que a Lei 4.193/2007 determinou a inserção obrigatória do nome dos autores e do número do projeto nas leis, decretos e resoluções respectivas promulgadas pelo Poder Executivo e Legislativo, quando de iniciativa de Vereador ou de todos os componentes do Órgão do Legislativo quando for de iniciativa deste Órgão. Defende que tal texto viola o art. 19, *caput*, e § 1º da Constituição Estadual, pois o objetivo da lei é autorizar as autoridades a promoverem-se pessoalmente, às expensas do erário público. Assim, estaria sendo ferido o princípio da impessoalidade e o princípio da publicidade, já que a publicação



ASNC
Nº 70022574420
2007/CÍVEL

dos atos oficiais deve servir para informar os atos normativos, não para demonstrar o trabalho do parlamentar. Assim, havendo verossimilhança do direito e perigo de dano irreparável, diante do fato dos textos legislativos serem editados com os nomes dos autores das propostas, em contrariedade à Constituição Estadual, requer a concessão de medida liminar para suspender a vigência da lei impugnada e, no mérito, a procedência da ação direta de inconstitucionalidade.

É o breve relatório.

2. Deve ser deferido o pedido liminar para suspender a vigência da Lei Municipal nº 4.193/2007, nos seus arts. 1º e 2º, por afronta aos princípios constitucionais da impessoalidade e da finalidade da publicidade dos atos legislativos, que derivam do princípio republicano.

A República Federativa do Brasil dispõe de agentes políticos temporariamente investidos nas suas funções, para o exercício de atividades indispensáveis ao funcionamento do Estado, tal como a atividade legislativa. No exercício dessas funções é mister que os ocupantes tenham em vista, sempre, a realização das finalidades jurídico-constitucionalmente fixadas, atendo-se aos limites das atribuições e competências atribuídas pela Constituição da República e, no caso do Estado e dos Municípios, também pela Constituição Estadual.

Veja-se que nos documentos que acompanham a inicial (fls. 17-21) está demonstrado que o legislador municipal de Marau/RS vem se utilizando da publicação dos textos legislativos para a promoção pessoal dos autores dos projetos de Lei.

O legislador municipal, no exercício de suas funções, deve ater-se à realização das finalidades constitucionais para as quais restou eleito democraticamente, sem se valer da função para a promoção pessoal



ASNC
Nº 70022574420
2007/CÍVEL

ou para divulgação do seu trabalho – que no fundo não é mais do que o cumprimento do seu dever. Função pública é o exercício do feixe de deveres-poderes impostos pelas Constituições Estadual e Federal, entre os quais o dever-poder de legislar.

Aliás, não fosse legislar o dever-poder do legislador, não teria a Constituição da República instituído a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (art. 103, § 2º) e, muito menos o Mandado de Injunção (art. 5º, inciso LXXI, da CR/88).

A doutrina¹ manifesta-se no sentido de que a impessoalidade administrativa, como princípio, tem conteúdo positivo e negativo. Positivamente ela assegura que a neutralidade e a objetividade têm de prevalecer em todos os comportamentos da Administração Pública, aí, evidentemente, incluídos os atos dos agentes políticos do Legislativo. A impessoalidade assegura conteúdo positivo, indicando o que deve conter-se em determinado ato da Administração Pública.

No seu sentido negativo, constitui-se em indicativo de limites definidos à atuação administrativa, isto é, à atuação dos agentes públicos no exercício das suas funções. Por esse princípio, não se podem praticar atos que tenham motivos ou finalidades diversas dos limites constitucionais, nem utilizar-se deles para proveito e promoção pessoal:

(...) a impessoalidade tem como conteúdo jurídico o despojamento da pessoa pública de vontade que lhe seja enxertada pelo agente público, que, se agisse segundo os seus interesses, subjetivamente definidos, jamais alcançaria aquela finalidade, que se põe, objetiva, genérica e publicamente.

Agente público, neste caso, inclui-se em conceito mais amplo, que engloba os agentes políticos do Legislativo, no caso, os edis de Marau.

¹ ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. **Princípios Constitucionais da Administração Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. pp. 146-155.



ASNC
Nº 70022574420
2007/CÍVEL

Portanto, há clara violação à norma da impessoalidade, quando a Lei Municipal de Marau determina que haja a publicação dos autores do projeto de lei, quando da publicação da lei respectiva.

A publicidade de nomes, nestes casos, deve-se cingir àqueles nomes constitucionalmente determinados, quais sejam, do Presidente da Câmara (em caso de promulgação pela Mesa da Câmara) ou do Prefeito Municipal, sob pena de afronta à impessoalidade.

A Constituição Estadual estabelece, no seu art. 19, § 1º, que:

"A publicidade dos atos, programas, obras e serviços, e as campanhas dos órgãos e entidades da administração pública, ainda que não custeados diretamente por esta, deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, nelas não podendo constar símbolos, expressões, nomes "slogans" ideológicos político-partidários ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridade ou de servidores públicos"

Portanto, a publicidade dos atos oficiais – neles incluídos os textos legislativos – tem cunho de divulgação geral e irrestrita do conteúdo normativo, tal como também preleciona o art. 37, § 1º, da Constituição da República. Nesse idêntico sentido já se manifestou este C. Órgão Especial do Tribunal de Justiça:

"ADIn. TAQUARA. OBRIGATORIEDADE DE MENÇÃO DO NOME DO AUTOR DO PROJETO DE LEI POR OCASIÃO DA SANÇÃO OU PROMULGAÇÃO. PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE. Afeta o adotado princípio da impessoalidade, norma jurídica municipal que impõe a menção ao nome do vereador que deu origem ao projeto de lei, porquanto, assim na administração como na legislação, o que deve prevalecer é o "sentido de função". Ação a que se julga procedente." (Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 70008125072, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Janyr Dall'Agnol Júnior, Julgado em 31/05/2004)

Assim, evidencia-se a verossimilhança das razões que determinam a inconstitucionalidade da lei municipal de Marau, o que autoriza a sua suspensão cautelar.



ASNC
Nº 70022574420
2007/CÍVEL

3. Isso posto, **defiro** a medida liminar para suspender a vigência da Lei Municipal nº 4.234/2007 do Município de Marau, tendo em vista a ofensa aos princípios da impessoalidade e da publicidade dos atos oficiais, quando se obriga que na publicação da legislação local haja menção ao nome do autor do projeto de lei.

Notifiquem-se o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara de Vereadores de Marau para que prestem as informações que entenderem cabíveis.

Cite-se o Estado na pessoa de sua Procuradora-Geral para que responda no prazo legal.


Após, dê-se vista ao Procurador-Geral da Justiça e, a seguir, voltem conclusos.

Intimem-se.

Porto Alegre, 14 de dezembro de 2007.

DES. ADÃO SÉRGIO DO NASCIMENTO CASSIANO,
Relator.

C1

 <p>confere original eletrônico www.tj.rs.gov.br</p>	<p>Número Verificador: 7002257442020071655051</p> <p>Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por:</p> <p>Signatário: ADAO SERGIO DO NASCIMENTO CASSIANO Nº de Série do certificado: 66491CDB8845C0EE Data e hora da assinatura: 14/12/2007 16:02:50</p>
---	---